

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI**



**LEI ORGÂNICA DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI**

05 de maio de 1990

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN

05 de maio de 1990

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO DO POTENGI**

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN

05 de maio de 1990

PREÂMBULO

Os vereadores do Município de São Paulo do Potengi, Estado do Rio Grande do Norte, reunidos sob a proteção de Deus, promulgam a Lei Orgânica Municipal, comprometendo-se a lutar pela eficácia de seus princípios e normas, para que todos vivam numa sociedade livre e justa.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 – O Município de São Paulo do Potengi, Estado do Rio grande do Norte, pessoa jurídica de direito público interno, com base na autonomia política, administrativa, legislativa e financeira, reger-se-á pela presente Lei Orgânica, discutida, votada, aprovada e promulgada pela Câmara Municipal.

Art. 2 – O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados e supridos por Lei Municipal, observada legislação estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 3 – O Município integra a divisão administrativa do Estado.

Art. 4 – A Sede do Município dá-lhe o nome e tem categoria da cidade, enquanto a sede do Distrito tem a categoria de Vila.

Art. 5 – Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 6 – São Símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 7 – São requisitos para criação de Distritos:

I – Possuir: Posto Policial; Posto de Saúde;

II – Ter: Uma Escola Pública e um Posto de Serviço Telefônico.

Art. 8 – A instalação do Distrito de fará perante o Presidente da Câmara Municipal, na sede distrital.

Art. 9 – A Câmara Municipal dará o nome ao Distrito.

TÍTULO II

DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL

Art. 10 – Compete ao Município:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

II – Suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

III – Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízos da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;

IV – Criar, organizar e suprimir distritos, observando o disposto nesta Lei Orgânica e na legislação estadual pertinente;

V – Instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a Lei;

VI – Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:

- a) Transporte coletivo urbano e intermunicipal, que terá caráter essencial;
- b) Abastecimento de água e esgotos sanitários;
- c) Mercados, feiras e matadouros locais;
- d) Cemitérios e serviços funerários;
- e) Iluminação pública;
- f) Limpeza pública, coleta domiciliar e destinação do lixo.

VII – Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental;

VIII – Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

IX – Promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagista local, observada legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

- X – Promover a cultura e a recreação;
- XI – Fomentar a produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive a artesanal;
- XII – Realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituições privadas, conforme critérios e condições fixadas em lei municipal;
- XIII – Realizar programas de apoio às práticas desportivas;
- XIV – Realizar programas de alfabetização;
- XV – Realizar atividades de defesa civil, inclusive as de combate a incêndios e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;
- XVI – Preservar a Barragem Campo Grande;
- XVII – Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- XVIII – Elaborar e executar o plano diretor;
- XIX – Executar obras de:
- a) Abertura, pavimentação, construção de calçamento e de conservação de vias;
 - b) Construção e conservação de estradas vicinais, praças e parques infantis;
 - c) Edificação e conservação de prédios públicos municipais;
- XX – Fixa:
- a) Tarifas dos serviços públicos, inclusive dos serviços de táxis;
 - b) Horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;
- XXI – Sinalizar as vias públicas urbanas e rurais;
- XXII – Regulamentar a utilização de vias e logradouros;
- XXIII – Conceder licença para:
- a) Localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;
 - b) Fixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alto-falantes para fins de publicidade e propaganda;
 - c) Exercício de comercial eventual ou ambulante;

- d) Realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos, observadas as prescrições legais;
- e) Prestação de serviços de táxis.

XXIV – Organizar o quadro e instituir o regime dos servidores públicos municipais.

Art. 11 – Além das competências previstas no artigo anterior, o Município atuará em cooperação com a União e o Estado para o exercício das competências enumeradas no artigo 23 da Constituição Federal, desde que as condições sejam de interesse do Município.

TÍTULO III

DO GOVERNO MUNICIPALCAPÍTULO I

DOS PODERES MUNICIPAIS

Art. 12 – O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

Parágrafo único. É vedada aos Poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições, salvo os casos previstos nesta Lei Orgânica.

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVOSEÇÃO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 13 – O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores eleitos para cada legislatura pelo voto direto e secreto.

Parágrafo Único. Cada legislatura terá duração de 04 (quatro) anos, sendo cada ano uma sessão legislativa.

Art. 14 – São condições de elegibilidade para o mandato de vereador:

I – Nacionalidade brasileira;

II – Pleno exercício dos direitos políticos;

III – Alistamento e domicílio eleitoral na circunscrição;

IV – Filiação a Partido Político.

Art. 15 – O número de vereadores será fixado pela Câmara Municipal observados os limites estabelecidos pela Constituição Federal e as seguintes normas:

I – Aplique-se o artigo 19 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual;

II – O número de habitantes a ser utilizado como base de cálculos do número de vereadores será fornecido, mediante certidão pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

III – O número de vereadores será fixado, mediante Decreto Legislativo, até o final da sessão legislativa do ano que acontecer às eleições;

IV – A Mesa da Câmara enviará ao Tribunal Regional Eleitoral, logo após sua edição, cópia do Decreto Legislativo de que trata o inciso anterior.

Art. 16 – Salvo disposições em contrário desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Municipal e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de membros.

SEÇÃO II

DA POSSE

Art. 17 – A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão preparatória, a partir de 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura para posse dos membros.

§ 1º - A posse será feita em sessão solene, que se realizará sob a presidência do vereador mais idoso entre os presentes, os demais vereadores prestarão compromisso e tomarão posse, cabendo ao presidente prestar o seguinte compromisso:

“Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do município e bem-estar de seu povo.”

§ 2º - Prestado o compromisso pelo Presidente, o Secretário que for designado para esse fim fará a chamada de cada vereador, que declarará:

“ASSIM O PROMETO”

§ 3º - O vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias a partir da posse, sob pena de perda de mandato, salvo motivo justo, aceito pela Câmara, por maioria absoluta de seus membros.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 18 – Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

- I – Instituir e arrecadar os atributos de sua competência bem como aplicar suas rendas;
- II – Autorizar isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas;
- III – Votar o orçamento anual, plurianual de investimentos e diretrizes orçamentária, bem assim, autorizar a abertura de créditos suplementares, especiais e adicionais;
- IV – Deliberar sobre a obtenção, concessão e operações de créditos, bem como a forma de pagamento;
- V – Autorizar a concessão de auxílios e subvenções;
- VI – Autorizar a concessão de serviços públicos, especialmente de transporte coletivo;
- VII – Autorizar a concessão de direito de real uso de bens municipais;
- VIII – Autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;
- IX – Autorizar a alienação de bens imóveis;
- X – Autorizar a aquisição de bens imóveis, exceto quando se tratar de doação sem encargos;
- XI – Criar, transformar, extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os da Câmara;
- XII – Aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- XIII – Criar, estruturar e conferir atribuições de Secretários e Diretores equivalentes a órgãos da administração pública;

XIV – Autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros municípios;

XV – Delimitar o perímetro urbano;

XVI – Autorizar a alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XVII – Estabelecer normas e urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento.

Art. 19 – Compete, privativamente, à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições:

I – Eleger sua Mesa Diretora, bem como destituí-la na forma desta Lei Orgânica e do Regime Interno;

II – Elaborar o seu Regimento Interno;

III – Organizar os serviços administrativos internos e promover os cargos respectivos;

IV – Propor a criação ou extinção dos cargos de serviços administrativos internos e fixação dos respectivos vencimentos;

V – Julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

VI – Autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de 15 (quinze) dias;

VII – Dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, conhecer sua renúncia e afastá-los definitivamente do cargo, nos termos previstos em Lei;

VIII – Mudar temporariamente sua sede;

IX – Processar e julgar os vereadores, na forma desta Lei Orgânica;

X – Fixar remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, observando-se o disposto no que consta na Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998;

XI – Proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas à Câmara dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

XII – Criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros;

XIII – Julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos nesta Lei Orgânica e em lei federal ou estadual;

XIV – Solicitar a intervenção do Estado no Município;

XV – Convocar o Prefeito e o Secretário do Município ou titular de cargos equivalentes, para prestar esclarecimentos sobre matérias de sua competência, apazando dia e hora para comparecimento;

XVI – Conceder título de cidadão honorífico ou conferir homenagens a pessoas que reconhecidamente tenham prestados serviços ao Município, mediante proposta aprovada pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

XVII – Deliberar sobre o adiamento e a suspensão das reuniões;

XVIII – Aprovar convênios, de acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, Estado-Membro, ou outra pessoa jurídica de direito público interno ou outras entidades.

XIX – Autorizar a realização de empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza, de interesse do Município;

XX – Tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

- a) O parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
- b) Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem deliberação pela Câmara, as contas serão colocadas, automaticamente, na “Ordem do Dia” e serão apreciadas na 1ª sessão ordinária subsequente;
- c) Rejeitadas as contas, serão estas remetidas no Ministério Público, para fins de direto.

XXI – Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive da administração indireta e fundamental;

XXII – Autorizar referendo e convocar plebiscito.

SEÇÃO IV

Art. 20 – As contas do município ficarão à disposição dos cidadãos durante 60 (sessenta) dias, a partir de 15 (quinze) de abril de cada exercício, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público.

§ 1º - A consulta às contas municipais poderá ser feita por qualquer cidadão, independente de requerimento, autorização ou despacho de qualquer autoridade.

§ 2º - A consulta só poderá ser feita no recinto da Câmara e haverá pelo menos 03 (três) cópias à disposição do público.

§ 3º - A reclamação apresentada deverá:

I – Ter a identificação e a qualificação do reclamante;

II – Ser apresentada em 04 (quatro) vias no protocolo da Câmara;

III – Conter elementos e aprovada nas quais se fundamenta o reclamante.

§ 4º - As vias de reclamação apresentadas no protocolo da Câmara terão a seguinte destinação:

I – A primeira via deverá ser encaminhada pela Câmara ao Tribunal de Contas ou órgão equivalente, mediante ofício;

II – A segunda via deverá ser anexada às contas à disposição do público pelo prazo que restar ao exame e apreciações;

III – A terceira via se constituirá em recibo do reclamante e deverá ser autenticada pelo servidor que receber no protocolo;

IV – A quarta via será arquivada na Câmara Municipal.

§ 5º - A anexação da segunda via, de que trata o inciso II do § 4º deste artigo, independará do despacho de qualquer autoridade e deverá ser feita no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo servidor que a tenha recebido no protocolo da Câmara, sob pena de suspensão, sem vencimento, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

§ 6º - A Câmara Municipal enviará ao reclamante cópia de correspondência que encaminhou ao Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

SEÇÃO V

DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 21 – A remuneração do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal, obedecendo o que determina a Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998.

Art. 22 – A remuneração do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Vereadores será fixada determinando-se o valor em moeda corrente no País, vedada qualquer vinculação.

§ 1º - A remuneração de que trata este artigo será atualizada pelo índice de inflação ou percentuais equivalentes com a periodicidade estabelecida no Decreto Legislativo e na Resolução fixadores.

§ 2º - Na hipótese da extinção da inflação prevista no parágrafo 1º deste artigo, aplica-se: Os reajustes ou atualização dos subsídios serão efetuados no mesmo período em que for concedido aumento ou reajustes aos servidores municipais, não podendo os percentuais serem superiores aos dos funcionários públicos.

§ 3º - A remuneração do Prefeito será composta de subsídios e verba de representação.

§ 4º - A verba de representação do Prefeito não poderá exceder a 100% (cem por cento) de seus subsídios.

§ 5º - O subsídio do Vice-prefeito não poderá exceder à metade do que for fixado para o Prefeito Municipal.

§ 6º - O Vice-prefeito em hipótese alguma, perceberá subsídios inferior aos Vereadores.

§ 7º - A remuneração dos Vereadores será dividida em parte fixa e parte variável, vedado acréscimos a qualquer título.

§ 8º - A verba de representação do Presidente da Câmara, que integra a remuneração, não poderá exceder a 100% (cem por cento) do que percebe o Vereador.

Art. 23 – Os subsídios dos Vereadores terão como limite máximo o valor percebido como subsídio pelo Prefeito Municipal.

Art. 24 – Poderá ser prevista remuneração para casa sessão extraordinária, desde que observado o limite fixado no artigo anterior.

§ Parágrafo único: - As sessões extraordinárias realizadas pela Câmara serão remuneradas no valor de 1/30 (um trinta avos) do subsídio atribuído ao vereador.

Art. 25 – A fixação de remuneração do Prefeito municipal, do Vice-Prefeito e dos Vereadores obedecerá a determinação contida na Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998.

Parágrafo único: - No caso da não fixação prevalecerá a remuneração do mês de dezembro do último ano da legislatura, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial.

Art. 26 – A indenização de despesas de viagens do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será feita através de concessão de diárias.

Parágrafo único: - A indenização de que trata este artigo não será considerada como remuneração.

SEÇÃO VI

DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 27 – Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do Vereador mais idoso entre os presentes e, havendo maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º - O mandato da Mesa Diretora será de 01 (um) ano, ficando permitida a reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 2º - Na hipótese de não haver número suficiente para a eleição da Mesa, o Vereador mais idoso entre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessão diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 3º - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da última sessão legislativa, empossando-se os eleitos em 1º de janeiro do ano subsequente.

§ 4º - Caberá ao Regime Interno da Câmara Municipal dispor sobre a composição da Mesa Diretora e, subsequentemente, sobre a sua eleição.

§ 5º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído pelo voto da maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições, devendo o Regime Interno da Câmara dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro destituído.

SEÇÃO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA

Art. 28 – Compete à Mesa da Câmara Municipal, além de outras estipuladas no Regime Interno:

I – Enviar ao Tribunal de Contas do Estado até o último dia útil do mês de março, as contas do exercício anterior;

II – Propor ao Plenário projetos de resoluções que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observadas as determinações legais;

III – Declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação por qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos no inciso VIII do artigo 45 desta Lei Orgânica, assegurada ampla defesa, nos termos do Regimento Interno;

IV – apresentar projetos de leis, dispondo sobre a abertura de créditos suplementares e especiais, pelo aproveitamento total ou parcial da consignação orçamentárias da Câmara;

V – Promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

VI – Representar junto ao Poder Executivo, sobre necessidades de economia interna;

VII – Contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender as necessidades eventuais da Câmara;

VIII – Elaborar e encaminhar ao Prefeito, até 31 de agosto, após aprovação pelo Plenário, a proposta orçamentária da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município.

Parágrafo único: - A Mesa Diretora decidirá sempre por maioria dos seus membros.

SEÇÃO VIII

DAS SESSÕES

Art. 29 – A sessão legislativa anual desenvolve-se de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de novembro, independentemente de convocação, realizando-se uma sessão ordinária semanal, ficando a data a critério do plenário.

§ 1º - As reuniões marcadas para datas estabelecidas no *caput* serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando caírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e secretas, conforme dispuser o seu Regime Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido nesta Lei Orgânica.

Art. 30 – As sessões da Câmara Municipal deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele.

§ 1º - Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra coisa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local, por decisão do Plenário da Câmara.

§ - 2º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 31 – As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar.

Art. 32 – As sessões somente poderão ser abertas pelo Presidente da Câmara ou por outro membro da Mesa com a presença mínima de um terço de seus membros.

Art. 33 – A convocação extraordinária da Câmara Municipal dar-se-á:

I – Pelo Prefeito Municipal quando este a entender necessária;

II – Pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III – Pelo Presidente a requerimento da maioria simples dos membros da Câmara, em caso de urgência ou de interesse público.

Parágrafo único: - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal deliberará somente sobre a matéria para qual foi convocada.

SEÇÃO IX

DAS COMISSÕES

Art. 34 – A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais, constituídas nas formas e com as atribuições definidas no Regime Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º- Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º- Às comissões, em razão da matéria de sua competência cabe:

I – Discutir e emitir parecer em todas as matérias a ela distribuídas na forma do Regime Interno;

II – Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – Convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – Receber petições, reclamações representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – Apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;

VI – Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – Acompanhar junto a Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

Art. 35 – As comissões especiais de inquérito, que terão poderes de investigação própria das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regime Interno, serão criados pela Câmara mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para a apuração de fatos determinados e por prazo certo, encaminhados ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 36 – Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às comissões, sobre projetos e nelas se encontrem para estudo.

Parágrafo Único: – O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para pronunciamento e seu tempo de duração.

SEÇÃO X

DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 37 – Compete ao Presidente da Câmara, além de outras atribuições estipuladas no Regime Interno.

I– Representar a Câmara Municipal;

II– Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III– Interpretar e fazer cumprir o Regime Interno;

IV– Promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenham sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgados pelo Prefeito Municipal;

V– Fazer publicar os atos da Mesa, bem como as Resoluções ou Decretos Legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI– Declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;

VII– Apresentar ao Plenário até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balanço relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas no mês anterior;

VIII– Requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

IX– Designar comissões especiais nos termos regimentais, observadas as indicações partidárias;

X– Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;

XI– Mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XII– Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

XIV– Administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;

XV– Solicitar, por decisão da maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, intervenção no município, nos casos previstos pela Constituição Federal e Constituição Estadual;

XVI– Manter a ordem do recinto da Câmara, podendo solicitar a força policial para esse fim;

Art. 38 – Ao Presidente da Câmara, além do direito ao voto como qualquer outro vereador, é assegurado também votar em desempate quando for o caso.

SEÇÃO XI

DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 39 – Ao Vice-Presidente compete, além das atribuições contidas no Regime Interno, as seguintes:

I– Substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

II– Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as Resoluções e os Decretos Legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III– Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda de mandato de membro de Mesa.

SEÇÃO XII
DO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 40 – Ao Secretário compete, além das atribuições contidas no Regime Interno, as seguintes:

- I– Redigir a ata das sessões secretas e das reuniões da Mesa;
- II– Acompanhar e supervisionar a redação das atas das demais sessões e proceder a sua leitura;
- III– Fazer a chamada dos Vereadores;
- IV– Registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regime Interno;
- V– Fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;
- VI– Substituir os demais membros da Mesa, quando necessário.

SEÇÃO XIII
DOS VEREADORES
SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 – Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 42 – Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiam ou deles receberam informações.

Art. 43 – É Incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regime Interno, e abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas;

SUBSEÇÃO II
DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 44 – Os Vereadores não poderão:

I– Desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusula uniforme;

b) aceitar ou exercer coletivo federal, estadual ou municipal e/ou função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis ADNUTUM, nas entidades constantes na alínea anterior.

II– Desde a posse:

- a) ser proprietário, controladores ou diretores de empresas que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis AD NUTUM nas entidades referidas na alínea “a” do inciso I, salvo o cargo de secretário Municipal ou equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato, podendo optar pelo subsídios;
- c) patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a” do inciso I;
- d) se titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo;
- e) os agentes políticos e seus familiares até 2 grau, titulares de cargos eletivos são impedidos de receberem doações, permutas ou aforamento de terrenos pertencentes ao patrimônio público municipal, enquanto permanecer no exercício do mandato sob pena de perda do mesmo;

Art. 45 – Perderá o mandato o Vereador:

- I– Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II– Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar, ou atentatório as Constituições vigentes;
- III– Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à Terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou missão oficial autorizada;
- IV– Que perder ou tiver suspenso dos direitos políticos;
- V– Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
- VI– Quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal, na Estadual e/ou nesta Lei Orgânica;
- VII– Que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou improbidade administrativa;
- VIII– Que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

§ 1º- Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento, ou renúncia por escrito do Vereador.

§ 2º - Nos casos dos incisos I,II e V deste, artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria 2/3 (dois terços), mediante provocação de Mesa ou partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos dos incisos III,IV,VI e VIII a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

SUBSEÇÃO III DO VEREADOR SERVIDOR PÚBLICO

Art. 46 – O exercício de vereança por servidor público se dará de acordo com as determinações da Constituição Federal.

Parágrafo único: – O Vereador ocupante de cargos, empregos ou funções públicas municipais, estaduais e federais, é inamovível de ofício pelo tempo de duração de seu mandato.

SUBSEÇÃO IV

DAS LICENÇAS

Art. 47 – O Vereador poderá Licenciarse

I– Por motivo de saúde, devidamente comprovado;

II– Para tratar de interesses particular, desde que o período de licença não seja superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

§ 1º- Nos casos dos incisos I e II a licença não será inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício de mandato, antes do término da licença.

§ 2º- Para fins de remuneração considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos do inciso I.

§3º- O Vereador investido no cargo de Secretário municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração de vereança.

§4º- O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como licença, fazendo o Vereador jus a remuneração estabelecida.

SUBSEÇÃO V

DA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTE

Art. 48 – No caso da vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário municipal ou equivalente, far-se-á convocação do suplente pelo Presidente da Câmara.

§ 1º- O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze)dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante;

§ 2º- Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º- Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos vereadores remanescentes.

SEÇÃO XIV

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 49 – O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I– Emendas à Lei Orgânica Municipal;

II– Leis Complementares

III– Leis Ordinárias;
IV– Decretos Legislativos;
V– Resoluções

SUBSEÇÃO II
DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 50 – A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I– De 1/3 (um terço) no mínimo dos membros da Câmara Municipal;

II– Do Prefeito Municipal;

III– Da representação do eleitorado municipal;

§ 1º- A proposta da Emenda à Lei Orgânica Municipal, será discutida e votada em dois turnos e votação, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos 2/3 (dois terços) dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º- A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo numero de ordem.

§ 3º- No caso previsto no inciso III, a proposta popular deverá ser apresentada por no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.

§ 4º- A Lei Orgânica Municipal não poderá ser emendada na vigência do “Estado de Sítio”, durante intervenção municipal e no decorrer do 1º ano de sua vigência.

SUBSEÇÃO III
DAS LEIS

Art. 51 – A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 52 – Compete privativamente ao Prefeito Municipal e a iniciativa da Leis que versem sobre:

I– Regime Jurídico dos servidores;

II– Criação de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município ou aumento de sua remuneração c/c a Emenda Constitucional nº19, de 04 de junho de 1998;

III– Orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV– Criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município;

Art. 53 – A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projetos de lei subscrito por no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Municipal, contendo assuntos de interesses específicos do Município, da cidade ou do bairro;

§ 1º– A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para o seu recebimento pela Câmara, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número de respectivo título eleitoral, bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número total de eleitores do bairro, da cidade ou do município.

§ 2º– A tramitação dos projetos de leis de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo.

§ 3º– Caberá ao Regime Interno da Câmara assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão definidos na Tribuna da Câmara.

Art. 54 – São objetos das leis complementares as seguintes matérias:

I– Código Tributário Municipal;

II– Código de Obras ou Edificações;

III– Código de Postura;

IV– Plano Diretor;

V– Regime jurídico dos servidores e estatuto do Magistério.

Parágrafo Único: – As Leis Complementares exigem para a sua aprovação o voto favorável da maioria 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 55 – O Prefeito Municipal, em caso de calamidade pública, poderá expedir Decreto com força da lei, para abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-lo de imediato à Câmara Municipal, que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de 03 (três) dias.

Art. 56 – Não será admitido aumento das despesas previstas:

I– Nos projetos de iniciativa popular e da iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvados neste acaso, os projetos de leis orçamentários;

II– Nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 57 – O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 05 (cinco)

§ 1º– Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no caput deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na Ordem do Dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer matéria, exceto veto e leis orçamentárias.

§ 2º– O prazo referido neste artigo não ocorre no período de recesso da Câmara e nem se aplicam aos projetos de codificação.

Art. 58 – O Projeto de lei aprovado pela Câmara será no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º– Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

§ 2º– Se o Prefeito Municipal considerar o projeto em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 3º– O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º– O veto será apreciado no prazo de 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento, com parecer ou sem ele, em uma única discussão ou votação.

§ 5º– O veto somente será rejeitado pela maioria de 2/3 (dois terços) dos vereadores, mediante votação secreta.

§ 6º– Esgotado sem deliberação o prazo previsto no § 4º deste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dias da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 7º– Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal, em 48 (quarenta e oito) horas, para promulgação.

§ 8º– Se o Prefeito Municipal não promulgar a Lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara promulgará, e, se este não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente, obrigatoriamente fazê-lo.

§ 9º– A manutenção de veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

Art. 59 – A matéria constante do projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 60 – A Resolução destina-se regular política administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, não dependendo da sanção ou veto do Prefeito Municipal.

Art. 61 – O Decreto Legislativo destina-se regulamentar matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, não dependendo da sanção ou veto do Prefeito.

Art. 62 – O processo legislativo das sanções e dos Decretos Legislativos sedará conforme determinado Regime Interno da Câmara, observado, no que couber, o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 63 – Fica permitido as Entidades de Classe Oficializadas, representada por um de seus membros, credenciado por seu Presidente, comparecer à Câmara, e desejando usar a palavra, durante a primeira discussão de projetos de leis de interesse da Entidade,

para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretária da Câmara, antes de iniciada a sessão.

§ 1º– Ao se inscrever o representante da Entidade, deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

§ 2º– Caberá ao Presidente da Câmara, fixar o número de Entidades que poderão fazer uso da palavra em cada sessão.

§ 3º– O Regime Interno da Câmara estabelecerá as condições e requisitos para uso da palavra pelas Entidades.

CAPÍTULO III
DO PODER EXECUTIVO
SEÇÃO I
DO PREFEIRO MUNICIPAL

Art. 64 – O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, com funções políticas, executivas e administrativas.

Art. 65 – O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos simultaneamente, para cada legislatura, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto.

Parágrafo Único: – Aplica-se a elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto pelo artigo 14 desta mesma Lei Orgânica.

Art. 66 – O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene na Câmara Municipal ou, se esta não estiver reunida, perante autoridade jurídica competente, ocasião em que prestarão o seguinte compromisso:

“Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, promover o bem geral dos municípios e exercer o cargo sob inspiração da democracia, da legibilidade e da legalidade.”

§ 1º– Se até o dia 10 (dez) de janeiro o Prefeito e o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela Câmara Municipal, não tiver e assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º– Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito, e na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º– No ato da posse ou no término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, que será transcrita em livro próprio, resumidas em atas e divulgadas para conhecimento público.

§ 4º– O Vice-Prefeito além das outras atribuições que lhe forem referidas pela legislação local, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para as missões especiais, o substituirá nos casos de licença e sucederá no caso de vacância do cargo.

Art. 67 – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º– Verificando-se a vacância, nos 02 (dois) primeiros anos do mandato, far-se-á eleição direta, 90 (noventa) dias após sua abertura, cabendo aos eleitos complementar o período de seus antecessores.

§ 2º– Ocorrendo a vacância no 3º (terceiro) ano do período governamental, a lei para ambos os cargos, será feita 30 (trinta) dias depois da ultima vaga, pela Câmara Municipal na forma da Lei.

§ 3º– Ocorrendo a vacância no ultimo ano do período governamental, o cargo será exercido pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 4º– Em qualquer dos casos, os eleitos ou sucessores devem completar o período de seus antecessores.

§ 5º– A recusa do Presidente da Câmara em assumir a prefeitura implicará na perda do mandato que ocupa na Mesa Diretora.

SEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 68 – O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de perda mandato.

I– Firmar ou manter contrato com o Município ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

II– Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível AD NUTUM, na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se nesta hipótese, o disposto no artigo 38 da Constituição Federal;

III– Ser titular de mais de um mandato eletivo;

IV– Patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo.

V– Ser proprietário, controlador ou diretor de empresas que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

VI– Fixar residência fora do Município.

SEÇÃO III DAS LICENÇAS

Art. 69 – O Prefeito não poderá ausentar-se do Município, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do mandato, salvo por período inferior a 15 (quinze) dias.

Art. 70 – O Prefeito poderá licenciar-se quando impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovado.

Parágrafo Único: No caso deste artigo de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado fará jus a remuneração integral.

SEÇÃO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 71 – Compete privativamente ao Prefeito:

- I– Representar o Município em juízo e fora dele;
- II– Exercer a direção superior de Administração Pública Municipal;
- III– Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- IV– Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovada pela Câmara e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
- V– Vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI– Enviar a Câmara Municipal o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- VII– Dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da Lei;
- VIII– Promover e extinguir os cargos, os empregos e as funções públicas municipais, na forma da Lei;
- IX– Celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para realização de objetivos de interesse do Município;
- X– Remeter a mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

XI– Decretar, nos termos legais, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

XII– Publicar até o último dia do bimestre o balancete de receita e despesa do município, referente ao mês anterior, remetendo-o à Câmara Municipal que terá até 30 (trinta) dias para entregar oficialmente ao Tribunal de Contas para os fins legais;

XIII– Prestar à Câmara dentro de 15 (quinze) dias as informações por ela solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, sob pena de ser instaurado pelo Poder Legislativo o processo de afastamento e cassação de seu mandato;

XIV– Solicitar o auxílio de forças policiais para garantir o cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da guarda municipal, na forma da Lei;

XV– Decretar calamidade pública quando ocorrerem fatos que a justifiquem;

XVI– Convocar extraordinariamente a Câmara;

XVII– Fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como daqueles explorados pelo próprio município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;

XVIII– Requerer à autoridade competente a prisão administrativa de servidor municipal omissos ou remissos a prestação de contas dos dinheiros públicos;

XIV– Dar Denominação a próprios municipais e logradouros públicos;

XX– Superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e aplicação de receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou créditos autorizados pela Câmara;

XXI– Aplicar as multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como revelá-los quando for o caso;

XXII– Toda entidade da sociedade civil de âmbito municipal poderá requerer ao Prefeito ou a outras autoridades do município a realização de audiências públicas, para esclarecimento sobre determinado ato ou projeto da Administração Municipal, que deverá ser obrigatoriamente concedida no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ficar à disposição da população, desde o requerimento, toda a documentação relacionada ao assunto;

XXIII– Resolver sobre os requerimentos, as reclamações ou as representações que lhe forem dirigidos, observando o prazo de 30 (trinta) dias, para o deferimento;

XXIV– Aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano;

XXV– Contrair empréstimos, realizar operações de créditos e convênios com prévia autorização da Câmara;

XXVI– Desenvolver o sistema viário do município;

XXVII– Concede auxílios, prêmios e subvenções, conforme a previsão orçamentária financeira;

XXVIII– Organizar, dirigir e fiscalizar os serviços relativos as terras do município;

XXIX– Encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigida por Lei;

Parágrafo Único: – O Prefeito poderá delegar, por Decreto, a seus auxiliares as funções administrativas que julgar necessários.

SEÇÃO V

DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 72 – Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entregar ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da Administração Municipal que conterà, entre outras, informações atualizadas sobre:

I– Dívidas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e os encargos decorrentes das operações de crédito, informando sobre a capacidade de Administração Municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II– Medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

III– Prestação de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;

IV– Situação dos contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

V– Estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalização, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com prazos respectivos;

VI– Transferências a serem recebidas da União e do Estado por forças de mandamento constitucional ou de convênios;

VII– Projetos de leis de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los.

VIII– Situação dos servidores do município, seu custo, quantidade e órgão em que estão lotados e em exercício;

IX– Todo e qualquer ato do Poder Executivo e Legislativo que resulte em prejuízo financeiro para o Município, a reposição das perdas serão de responsabilidade do Prefeito e da Câmara que responderão por crime da forma da Lei.

Art. 73 – É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromisso financeiro para execução de programas ou projetos após o término do seu mandato, não previstos na legislação orçamentária.

§ 1º– O disposto neste artigo não se aplica os casos comprovados de calamidade pública.

§ 2º– Serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo com o disposto no artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

SEÇÃO VI

DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO MUNICIPAL

Art.74 – O Prefeito Municipal, por intermédio de ato administrativo, estabelecerá as atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo lhes competências, deveres e responsabilidades.

§ 1º– Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal são solidariamente responsáveis, junto com este, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

§ 2º– Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal deverão fazer declaração de bens no ato de sua posse em cargo ou função pública municipal e quando de sua exoneração.

§ 3º– Os secretários municipais são obrigados a apresentar ao Prefeito, à Câmara Municipal e os municípios, relatórios anuais dos serviços realizados na suas secretárias.

SEÇÃO VII

DA CONSULTA POPULAR

Art. 75 – O Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesses específicos do Município, de bairro ou de distrito, cujas medidas deverão ser tomadas pela Administração Municipal.

Art. 76 – A consulta popular deverá ser realizada sempre com a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado inscrito no município, no bairro ou no distrito, com a identificação do título eleitoral, apresentar proposições neste sentido.

Art. 77 – A votação será organizada pelo Poder Executivo no prazo de dois meses após a apresentação da proposição, adotando-se de cédula oficial que conterá as palavras “SIM” e “NÃO”, indicando, respectivamente, aprovação ou rejeição da proposição.

§ 1º– A proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que compareceram as urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos eleitores envolvidos.

§ 2º– Serão realizadas, no máximo, duas consultas por ano.

§ 3º– É vedada a realização de consulta popular nos 06 (seis) meses que antecederem as eleições para qualquer de governo.

Art. 78 – O Prefeito Municipal proclamará o resultado da consulta popular, que será considerada como decisão sobre a questão a proposta, devendo o governo municipal, adotar as providências legais para sua consecução, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único: – A decisão para mudança do dia da feira municipal será obtida a consulta a consulta popular, ficando o Município obrigado a realiza-la no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei Orgânica.

TÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 79 – A Administração pública direta, indireta ou funcional do Município obedecerá no que couber, as disposições do Capítulo VII do título III da Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 80 – Os planos de cargos e carreiras do serviço público municipal serão elaborados de forma a assegurar aos servidores municipais remuneração compatível com o mercado de trabalho para função respectiva, oportunidade de escalão superior.

§ 1º– O Município proporcionará aos servidores oportunidade de crescimento profissional através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem.

§ 2º–Os programas mencionados no parágrafo anterior terão caráter permanente. Para tanto o município poderá manter convênio com instituições especializadas.

Art. 81 – O Prefeito Municipal, ao promover os cargos em comissão e as funções de confiança, deverá fazê-lo de forma a assegurar que pelo menos 50% (cinquenta por cento) desses cargos ou funções sejam ocupados por servidores da carreira técnica ou profissional do próprio município.

Art. 82 – Os Secretários Municipais, o Administrador Distrital ou cargos equivalentes, antes de serem nomeados deverão ter seus nomes submetidos à apreciação da Câmara Municipal.

Art. 83 – Fica o Poder Executivo obrigado a instituir o Regime Único e o Plano de Carreira de seus servidores nos termos do Art. 39 da Constituição Federal.

Art. 84 – Fica assegurado aos servidores públicos municipais, o disposto no artigo 41, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição Federal.

Art. 85 – É vedada a convenção de férias ou licença em dinheiro, ressalvados os casos previsto na legislação federal.

§ 1º– Fica instituída uma gratificação de função, que será legalmente atribuída através de ato do Poder Executivo, a servidores ocupantes de cargos de tratoristas e motoristas, que exerçam a função por mais de 08 (oito) horas por dia, cuja remuneração será variável, proporcionalmente de acordo com as horas trabalhadas, pontualidade e zelo profissional, cujo valor poderá ser de 20 a 100% (vinte a cem por cento) sobre seus vencimentos.

§ 2º– Nenhum servidor público municipal, poderá ser posto à disposição de particulares, podendo, entretanto, o Prefeito mandá-lo servir ou pôr à disposição de instituição social privada, sem ônus para o Município.

§ 3º– Fica o Município obrigado a pagar 1/3 (um terço) de gratificação de férias regulamentares, nos termos da Constituição Federal.

§ 4º– O Município aplicará em sua plenitude o disposto no artigo 29 da Constituição Estadual.

Art. 86 – Um percentual não inferior a 4% (quatro por cento) de cargos e empregos do Município será destinado à pessoas portadoras de deficiências, devendo os critérios para preenchimento serem definidos em Lei Municipal.

Art. 87 – O Município assegurará aos servidores e dependentes, na forma da Lei Municipal, serviços de atendimento médico, odontológico, assistência social e jurídica.

Parágrafo Único: – Os serviços referidos neste artigo são extensivos aos aposentados e pensionistas do município.

Art. 88 – O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio em benefício destes, de sistema previdência e assistência social, desde que autorizado pelo respectivo servidor.

Art. 89 – Os concursos públicos para preenchimento de cargos, realizados antes de decorridos 30 (trinta) dias do encerramento das inscrições, as quais deverão estar abertas por pelo menos 15 (quinze) dias.

Art. 90 – O Município, suas entidades de administração direta, indireta e fundamental, bem como as concessionárias e as permissionárias de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 91 – Fica determinado que o território do Município o peso de uma arroba, é fixado em 15 (quinze) quilos.

CAPÍTULO II DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 92 – A Publicação das leis, e dos atos municipais far-se-á em órgão oficial ou, não havendo, em órgãos da imprensa local.

§ 1º – No caso de não haver periódicos no Município, a publicação será feita por fixação, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura Municipal ou da Câmara Municipal.

§ 2º – A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3º – A escolha do órgão de imprensa particular para divulgação dos atos municipais será feita por meio de licitação em que se levará em conta, além dos preços, as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição, respeitando a legislação federal vigente.

§ 4º – O Poder Público fica obrigado a dar ampla divulgação, através dos meios de comunicação da sede do município e distritos, de versões compreensíveis das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual do município.

Art. 93 – A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I – Mediante decreto, numerado em ordem cronológica, quando se tratar:

- a) regulamentação da lei;
- b) criação ou extinção de gratificações, quando autorizadas em lei;
- c) abertura de créditos especiais e suplementares;
- d) declaração de utilidade pública ou de interesse social, para efeito de desapropriação ou servidão administrativas;
- e) criação, alteração e extinção de órgãos e da Prefeitura, quando autorizada em lei;
- f) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de lei;
- g) aprovação de regulamentos e regimento dos órgãos da Administração direta;
- h) aprovação dos estatutos dos órgãos da Administração descentralizada;
- i) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;

j) permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;

l) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da Administração direta;

m) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administradores, não privativos de lei;

n) medidas executarias do plano diretor;

o) estabelecimentos de normas de efeitos externos, não privativos da lei.

II– Mediante portaria, quando se tratar de:

- a) provimento e vacância de cargos públicos e de mais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais;
- b) locação e ré-lotação nos quadros de pessoal;
- c) criação de comissão e designação de seus membros;
- d) instituição e dissolução de grupos de trabalhos;
- e) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades;
- f) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa;
- g) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objetos de lei ou decreto;

Parágrafo Único: – Poderão ser delegados atos constantes do item II deste artigo.

CAPÍTULO III DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 94 – São tributos municipais o impostos, taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituído por lei municipal, atendendo os princípios estatuídos pela Constituição Federal e pelas normas gerais de direitos tributário.

Parágrafo Único: – A lei especificará os tributos municipais e todas as suas condições de pagamento, inclusive as isenções, remissões e anistias.

CAPÍTULO IV DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 95 – Para obter ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

Parágrafo Único: – Os preços devidos pela utilização dos bens e serviços municipais deverão ser fixado de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços a serem reajustados quando se tornares defasados.

Art. 96 – Lei Municipal estabelecerá outros critérios para fixação de preços públicos.

CAPÍTULO V DOS ORÇAMENTOS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 97 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I– O plano plurianual

II– As diretrizes orçamentárias;

III– Os orçamentos anuais;

§ 1º– O plano plurianual compreenderá:

I– diretrizes, objetivos e metas para as seções municipais;

II– investimentos de execução plurianual;

III– gastos com a execução de duração continuada;

§ 2º– As diretrizes orçamentárias compreenderão:

I– as prioridades da Administração pública municipal, quer de órgãos da Administração direta, quer da Administração indireta, com as respectivas metas, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente,

II– orientações para elaboração de lei orçamentária anual;

III– alterações na legislação tributária;

IV– autorização para concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alteração; de estrutura de carreira, bem como a demissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais de Administração direta ou indireta, inclusive as fundações institucionais e mantidas pelo Poder Municipal, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

§ 3º– O orçamento anual compreenderá:

I– o orçamento fiscal da Administração direta municipal, incluindo os seus fundos municipais;

II– os orçamentos das entidades de Administração indireta, incluindo das fundações instituídas pelo Poder Municipal;

III– o orçamento de investimentos das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

IV– o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da Administração direta ou indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

Art. 98 – Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados pela Câmara Municipal;

Art. 99 – Os orçamentos previstos no § 3º do artigo 94 serão compatibilizados com o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias, evidenciando os programas e políticas do Governo Municipal.

SEÇÃO II DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Art. 100 – São vedado:

I – A inclusão de dispositivos estranhos à previsão de receita e à fixação da despesa, excluindo-se as autorizações para a abertura de créditos de adicionais, suplementares e contratações de operações de créditos de qualquer natureza e objetivos;

II – O início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual;

III – A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários originais ou adicionais;

IV – A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizações mediante créditos suplementares ou especiais, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

V – A vinculação de receita de impostos a órgãos ou fundos especiais, ressalvada a que se destine à proteção de garantia às operações de créditos por antecipação da receita;

VI – A abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VII – A concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – A utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais.

§ 1º – Os créditos adicionais, especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º – A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, observando o disposto no artigo 56 desta Lei Orgânica.

SEÇÃO III DAS EMENDAS AOS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 101 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regime Interno.

§ 1º – Caberá a Comissão da Câmara Municipal:

I – Examinar e emitir parecer sobre os projetos de planos plurianual e sobre as contas do Município apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II – Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, acompanhar e fiscalizar as operações resultantes ou não da execução do orçamento, sem prejuízos das demais comissões criadas pela Câmara Municipal.

§ 2º – As emendas serão apresentadas na Comissão de orçamento e finanças, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma do Regime Interno, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º– As emendas do projeto de lei do orçamento anual ou dos projetos que modifiquem somente poderão ser aprovados

I– Sejam compatíveis com o plano plurianual e com lei de diretrizes orçamentárias;

II– Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que indicam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos
- b) serviço de dívida;
- c) transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

III– Sejam relacionadas:

§ 4º– As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º– O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão de orçamento e finanças, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º– Os projetos de lei do projeto plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito nos termos da Lei Municipal, enquanto não viger a lei complementar de que trata o § 9º do artigo 165 da Constituição Federal.

§ 7º– Aplicam-se aos projetos referidos neste artigo, no que não contrariem o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º– Os recursos, que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso mediante abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais com prévia específica autorização legislativa.

SEÇÃO IV

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art.102 – A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para execução dos programas nele determinados, observando sempre o princípio do equilíbrio.

Art. 103 – Os recursos destinados à Câmara Municipal serão nunca inferior a 10% (dez por cento) da receita do FPM, ICMS e outras receitas próprias do Município, tomando-se por base a receita arrecadada durante o mês em curso.

Art. 104 – Os vencimentos dos servidores públicos municipais da Administração direta ou indireta, serão pagos até o último dia de cada mês, corrigindo-se monetariamente os seus valores, se o pagamento ultrapassar este prazo.

Art. 105 – O Prefeito Municipal fará publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 106 – As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão.

I– Pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários.

II– Pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra.

Parágrafo Único: – O remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão quando autorizados em lei específica que contenha justificativa.

Art. 107 – Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesa será emitido o documento “Nota de empenho”, que conterá as características já determinadas nas normas gerais de Direito Financeiro.

§ 1º– Fica dispensada a emissão de “Nota de empenho” nos seguintes casos:

I– Despesas relativas a pessoal e seus encargos;

II– Contribuições para PASEP;

III– Amortização, juros e serviços de empréstimos e financiamentos obtidos;

IV– Despesas relativas a consumo de água, energia elétrica, utilização dos serviços de telefone, postais e telégrafos e outros que vierem a ser definidos por atos normativos próprios;

§ 2º– Nos casos previstos no parágrafos anterior, e os empenhos e os procedimentos de contabilidade terão a base legal dos próprios documentos que originarem o empenho.

SEÇÃO V

DA GESTÃO DA TESOUREARIA

Art. 108 – As despesas e as receitas orçamentárias serão movimentadas através de caixa único, regularmente instituído.

§ Único: – A Câmara Municipal poderá ter a sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados.

Art. 109 – As disponibilidades de caixa do Município e de suas entidades de Administração indireta, inclusive dos fundos especiais e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em instituições financeiras oficiais, podendo ser aplicadas na forma de lei.

Parágrafo Único: – As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de Administração indireta poderão ser feitas através de rede bancária privada, mediante convenio.

Art. 110 – Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades da Administração direta, nas autarquias, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e na Câmara Municipal para ocorrer às despesas miúdas de pronto pagamento definidas em lei.

SEÇÃO VI

DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

Art. 111 – A contabilidade do Município obedecerá na organização do seu sistema administrativo e informativo e nos seus procedimentos, aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 112 – A Câmara Municipal poderá ter a sua própria contabilidade.

SEÇÃO VII

DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art.113 – Encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado dentro de 45 (quarenta e cinco) dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício do ano anterior, através da Mesa Diretora da Câmara Municipal, que terá 15 (quinze) dias para examiná-las e entrega-las ao órgão destinatário. As contas se comporão de:

I – Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras da Administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e de fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II – Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeira consolidadas dos órgãos da Administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e de fundações e das autarquias, instituídos e mantidos pelo poder Público Municipal;

III – Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais;

IV – Notas explicativas às demonstrações de que trata este artigo;

V – Relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.

SEÇÃO VIII

DA PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

Art. 114 – Estão sujeitos a tomada prestação de contas os agentes da Administração municipal responsáveis por bens e valores pertencente ou confiados à Fazenda Pública Municipal.

§ 1º - O tesoureiro do Município, ou servidor que exerça a função, fica obrigado à apresentação do boletim diário de tesouraria, que será afixado em local próprio na sede da Prefeitura.

§ 2º - Os demais agentes municipais apresentarão as suas respectivas prestações de contas até o dia 15 (quinze) do mês subsequente aquele em que o valor tenha sido recebido.

SEÇÃO IX

DO CONTROLE INTERNO INTEGRADO

Art. 115 – Os poderes Executivos e Legislativos manterão, de forma integrada, um sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis, com os objetivos de:

I – Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;

II – Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto a eficácia e a eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades de Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III – Exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS

Art. 116 – Compete ao Prefeito Municipal, a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quando aqueles empregados os serviços desta.

Art. 117 – A alienação de bens municipais se fará de conformidade com a legislação pertinente.

Art. 118 – A afetação e a desafetação de bens municipais dependerá da lei.

Parágrafo Único – As aéreas transferidas ao Município em decorrência de aprovação de loteamento serão consideradas bens dominiais enquanto não se efetivarem benfeitorias que lhes dêem outra destinação.

Art. 119 – Que o Poder Público Municipal, dentro de sua competência possa destinar uma área para a organização de um parque florestal, onde se desenvolva o plantio de árvores frutíferas e hortaliças, em prol de pessoas carentes deste Município.

Art. 120 – O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público.

Parágrafo Único – O Município poderá tecer concessão a bens a outros entes públicos, inclusive os da Administração indireta, desde que atendido o interesse público.

Art. 121 – O Município poderá conceder a particulares, para serviços de caráter transitório, conforme regulamentação a ser expedido pelo prefeito, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que os serviços da municipalidade não sofram prejuízos e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens concedidos.

Art. 122 – A concessão administrativa dos bens municipais e de uso especial e dominiais dependerá de lei e de licitação e far-se-á mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

§ 1º - Qualquer imóvel de propriedade do Município que for objeto de aluguel, deverá ter obrigatoriamente autorização do Poder Legislativo, os prazos de contratos serão por tempo determinado e obedecerão sempre às cláusulas da Lei do Inquilino.

§ 2º - A licitação poderá ser dispensada nos casos permitidos na legislação aplicável.

§ 3º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita mediante licitação, a título precário e por Decreto.

§ 4º - A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feito por Portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios.

Art. 123 – Nenhum servidor será dispensado, transferido, exonerado ou terá aceito o seu pedido de exoneração ou rescisão, sem que o órgão responsável pelo controle dos bens patrimoniais da Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens móveis do Município que estavam sob sua guarda.

Art. 124 – O órgão competente do Município, será obrigado, independentemente de despacho de qualquer autoridade, a cumprir inquérito administrativo e a propor, se for o caso, a competente ação civil e penal contra qualquer servidor, sempre que forem apresentadas denúncias contra o extravio ou danos de bens municipais.

Art. 125 – O Município, preferentemente à venda, mediante concorrência, ou a doação de bens imóveis, concederá direito real de uso.

Parágrafo Único – A concorrência poderá ser dispensada quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou verificar-se relevante interesse público na concessão, devidamente justificado.

CAPÍTULO VII

DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 126 – É de responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares através de processo licitatório.

Art. 127 – O Município desenvolverá obrigatoriamente gestão administrativa, junto a CAERN, no sentido de celebrar convênio visando o abastecimento d'água em comunidades rurais deste Município.

Art. 128 – Os projetos do Poder Público de obras que envolvam recursos superiores a receita de capital orçamentário de 30% (trinta por cento) do valor anual da receita global do Município poderá sofrer interdição a pedido da Câmara Municipal por comprometer recursos de outros setores da municipalidade.

Art. 129 – Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência, devidamente justificados, será realizado sem que conste:

- I – O respectivo projeto;
- II – O orçamento de seu custo;
- III – A indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;
- IV – A viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;
- V – Os prazos para seu início e término.

Art. 130 – A concessão ou a permissão de serviços públicos somente será efetiva com a autorização da Câmara Municipal e mediante contrato, precedido de licitação.

§ 1º– Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões, bem como qualquer autorização para exploração de serviços público, feitas em desacordo com o estabelecimento neste artigo.

§ 2º– Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à fiscalização da administração municipal, cabendo ao Prefeito Municipal, aprovar as tarifas respectivas.

Art. 131 – Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviços públicos na forma que dispuser a legislação municipal, assegurando-se sua participação em decisões relativas a:

- I– Planos e Programas de expansão dos serviços;
- II– Revisão da base de cálculos dos custos operacionais;
- III– Política tarifária;
- IV– Mecanismos para atenção de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a terceiros;

Parágrafo Único: – Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade mencionada neste artigo deverá constar do contrato de concessão ou permissão.

Art. 132 – As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando, em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

Art. 133 – Nos contratos de concessão ou permissão de serviços serão estabelecidos, entre outros:

I– Os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade,

II– As regras para remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

III– As normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;

IV– As regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipulada em contrato anterior;

V– A remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos outros por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;

VI– As condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

Parágrafo Único: – Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado à exploração monopolista e ao aumento abusivo de lucros.

Art. 134 – O Município poderá revogar a concessão ou permissão dos serviços que forem executados em desconformidade com o contrato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatório para o atendimento dos usuários.

Art. 135 – As licitações para a concessão ou permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade, inclusive em jornais da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 136 – As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgão de sua Administração descentralizada serão fixadas pelo Prefeito, cabendo à Câmara Municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo de custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

Art. 137 – Ao Município consorcia-se com outros municípios para realização de obras ou prestação de serviços públicos de interesse comum.

Parágrafo Único: – O Município deverá propiciar meios para criação, nos consórcios, de órgão consultivo construído por cidadãos não pertencentes ao serviço público municipal.

Art. 138 – Ao Município é facultado conveniar a União ou com o Estado a prestação de serviços públicos de sua competência privada, quando lhe faltarem recursos

técnicos ou financeiros para a execução de serviço em padrão adequado, ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

Parágrafo Único: – Na celebração de convênios de que trata este artigo deverá o Município.

I– Propor os planos de expansão dos serviços públicos;

II– Propor critérios para fixação de tarifas;

III– Realizar avaliação periódica de prestação dos serviços;

Art. 139 – A criação pelo município de entidade Administração indireta para execução de obras ou prestação de serviços públicos só será permitida caso a entidade possa assegurar sua auto sustentação financeira.

Art. 140 – Os órgãos colegiados das entidades de Administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleitos por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito.

CAPÍTULO VIII DOS DISTRITOS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 141 – Nos distritos, exceto no da sede, haverá um Conselho Distrital composto por 03 (três) conselheiros eleitos pela respectiva população e um Administrador Distrital nomeado em comissão pelo Prefeito Municipal.

Art. 142 – A instalação do Distrito novo dar-se-á com a posse do Administrador Distrital e dos Conselheiros Distritais, perante o Prefeito Municipal.

Parágrafo Único: – O Prefeito Municipal comunicará ao Secretário do Interior e Justiça do Estado, ou a quem lhe fizer a vez, e à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, para os devidos fins, a instalação do Distrito.

Art. 143 – A eleição dos Conselheiros Distritais e de seus respectivos suplentes ocorrerá 30 (trinta) dias após a posse do Prefeito Municipal, cabendo a Câmara Municipal adotar as providências necessárias à sua realização, observando o disposto nesta Lei Orgânica.

§ 1º– O voto para Conselheiro Distrital não será obrigatório.

§ 2º– Qualquer eleitor residente no Distrito onde se realizar a eleição poderá candidatar-se ao Conselho Distrital, independentemente de filiação partidária, sendo vedada ao Vereador em pleno exercício de mandato.

§ 3º – A mudança de residência para fora do Distrito implicará a perda do mandato de Conselheiro Distrital.

§ 4º – O mandato dos Conselheiros Distritais será 02 (dois) anos.

§ 5º – A Câmara Municipal editará, até 15 (quinze) dias antes de data da eleição dos Conselheiros Distritais, por meio de Decreto Legislativo, as Instruções para inscrição de candidatos, coleta de votos e apuração dos resultados.

§ 6º – Quando se trata de Distrito novo, a eleição dos Conselheiros Distritais será realizada 30 (trinta) dias após a expedição da lei de criação, cabendo à Câmara Municipal regulamentá-la na forma do parágrafo anterior.

§ 7º – Na Hipótese do parágrafo anterior, a posse dos Conselheiros Distritais e do Administrador Distrital dar-se-á 10 (dez) dias após a divulgação dos resultados da eleição.

SEÇÃO II

DOS CONSELHEIROS DISTRITAIS

Art. 144 – Os Conselheiros Distritais, quando de sua posse, proferirão o seguinte juramento.

“Prometo cumprir dignamente o mandato a mim confiado, observando as leis e trabalhando pelo engrandecimento do Distrito que represento.”

Art. 145 – A função do Conselheiro Distrital constitui serviço público relevante será exercida gratuitamente.

Art. 146 – O Conselheiro Distrital reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, nos dias estabelecidos em seu Regimento Interno, e, extraordinariamente, por convocação do Prefeito Municipal ou do Administrador Distrital, quando terá direito a voto.

§ 1º – As reuniões do Conselho Distrital serão precedidas pelo Administrador Distrital, tomando suas deliberações por maioria de votos.

§ 2º – Servirá de Secretário um dos Conselheiros, eleito pelos seus pares.

§ 3º – Os serviços administrativos do Conselho Distrital serão promovidos pela Administração Distrital.

§ 4º – Nas reuniões do Conselho Distrital, qualquer cidadão, desde que residente do Distrito, poderá usar da palavra na forma que dispuser o Regimento Interno do Conselho.

Art. 147 – Nos casos de licença ou de vaga de membro do Conselho Distrital, será convocado o respectivo suplente.

Art. 148 – Compete ao Conselho Distrital:

I– elaborar o seu Regimento Interno;

II– elaborar, com colaboração do Administração Distrital e da população, a proposta orçamentária anual do Distrito e encaminha-la ao Prefeito nos prazos fixados por este;

III– opinar obrigatoriedade, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a proposta do plano plurianual no que concerne ao Distrito, antes de seu envio pelo Prefeito à Câmara Municipal;

IV – fiscalizar as repartições municipais no Distrito e a qualidade dos serviços prestados pela Administração Distrital;

V – representar o Prefeito ou a Câmara Municipal sobre qualquer assunto de interesse do Distrito;

VI – dar parecer sobre reclamações, representações e recursos de habitantes do Distrito, encaminhando-os ao Poder competente;

VII – colocar com a Administração Distrital na prestação dos serviços públicos;

VIII – prestar as informações que lhe forem solicitadas pelo Governo Municipal.

SEÇÃO III

DO ADMINISTRADOR DISTRITAL

Art. 149 – O Administrador Distrital terá a remuneração que for fixada na legislação municipal.

Parágrafo Único: - Criado o Distrito, fica o Prefeito Municipal autorizado a criar o respectivo cargo de Administrador Distrital.

CAPÍTULO VIII DOS DISTRITOS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 150 – Compete ao Administrador Distrital:

I – Executar e fazer executar, na parte que lhe couber, as leis e os demais atos emanados dos Poderes competentes;

II – Coordenar e supervisionar os serviços públicos distritais de acordo com o que for estabelecido nas leis e nos regulamentos;

III – Propor ao Prefeito Municipal a admissão e a dispensa dos servidores lotados na Administração Distrital;

IV – Promover a manutenção dos bens públicos municipais localizados no Distrito;

V – Prestar contas das importâncias recebidas para fazer face as despesas da Administração Distrital, observadas as normas legais;

VI – Prestar as informações que lhe forem solicitadas pelo Prefeito, pela Câmara Municipal ou Conselho Distrital;

VII – Solicitar ao Prefeito as providências necessárias à boa administração do Distrito;

VIII – Presidir as reuniões do Conselho Distrital;

IX – Executar outras atividades que lhe forem cometidas pelo Prefeito Municipal e pela legislação pertinente.

CAPÍTULO IX DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 151 – O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos.

Paragrafo Único: - O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura local e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

Art. 152 – O processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, propiciando que autoridades, técnicos de planejamento, executores e representantes da sociedade civil participem dos debates sobre os problemas locais e as alternativas para o seu enfrentamento, buscando conciliar interesse e solucionar conflitos.

Art. 153 – O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:

I – Democracia e a transparência no acesso às informações disponíveis;

II – Eficiência e eficácia na utilização de recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;

III – Complementaridade e integração da política, planos e programas setoriais;

IV – Viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;

V – Respeito e adequação a realidade local e regional consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.

Art. 154 – A elaboração e a execução dos planos e programas do Governo Municipal obedecerão as diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o êxito e assegurar sua continuidade no horizonte de tempo necessário.

Art. 155 – O planejamento das atividades do Governo Municipal obedeceu as diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:

I – Plano Diretor;

II – Plano de Governo;

III – Lei de diretrizes orçamentárias;

IV – Orçamento anual;

V – Plano plurianual

Art. 156 – Os instrumentos de planejamento municipal mencionados no artigo anterior deverão incorporar-se as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, dadas as suas implicações para o desenvolvimento local.

SEÇÃO II

DA COOPERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 157 – O Município buscará, por todos os meios ao seu alcance, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

Parágrafo Único: - Para fins deste artigo, entende-se como associação representativa, qualquer grupo organizado, de fins lícitos, que tenham legitimidade para representar seus filiados independente de seus objetivos ou natureza jurídica.

Art. 158 – O Município submeterá à apreciação das associações, antes de encaminhá-la à Câmara Municipal, o projeto de lei do Plano Diretor, a fim de receber sugestões quanto à oportunidade e o estabelecimento de prioridade das medidas propostas.

Parágrafo Único: – Os projetos de que trata este artigo ficarão à disposição das associações durante 30 (trinta) dias, antes das datas fixadas para sua remessa à Câmara Municipal.

Art. 159 – A convocação das entidades mencionadas neste capítulo far-se-á por todos os meios à disposição do Governo Municipal.

Parágrafo Único: – Toda entidade da sociedade civil regulamente registrada poderá fazer pedido de informação sobre ato ou projeto da Administração Municipal que deverá ser respondido no prazo da lei.

CAPÍTULO X DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS

SEÇÃO I DA POLÍTICA DE SAÚDE

Art. 160 – A saúde é direito de todos os municípios e dever do Poder Público assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem a eliminação dos riscos de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 161 – Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

I– Condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II– Respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

III– Acesso universal e igualitário de todos os habitantes do município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação;

Art. 162 – As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita, perfeitamente, através de serviços públicos e, complementarmente, através de serviços de terceiros;

Art. 163 – São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS

I– Planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;

II– Planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual;

III– Gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV– Executar serviços de:

- a) vigilância epidemiológica
- b) vigilância sanitária
- c) alimentação e nutrição

V– Planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

VI– Executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

VII– Fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana, e atuar junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VIII– Formar consórcios intermunicipais de saúde;

IX– Gerir laboratórios públicos de saúde;

X– Avaliar e controlar a execução de convênios e contratos celebrados pelo município com entidades privadas e prestadoras de serviços de saúde;

XI– Autorizar a instalação de serviços de saúde e fiscalizar o funcionamento.

XII– O Município colocará à disposição dos habitantes da zona rural, atendimento médico e odontológico, no mínimo uma vez por mês em cada comunidade, e no Distrito uma vez por semana.

Art. 164 – As ações e os serviços de saúde realizados no município integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I– Comando único exercido pela Secretária Municipal de Saúde ou equivalência;

II– Integridade na prestação das ações de saúde;

III– Organização de distritos sanitários com alocação de recursos técnicos e práticos de saúde adequados à realidade epidemiológica local;

IV– Participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle da política municipal de caráter deliberativo e paritário;

V– Direitos do indivíduo de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes a promoção, proteção e recuperação de saúde e da coletividade;

Parágrafo Único: – Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão do Plano Diretor de Saúde e serão fixados segundo os seguintes critérios:

I– Área geográfica de abrangência;

II– A inscrição de clientela;

III– Resolutividade de serviços à disposição da população.

Art. 165 – O Prefeito convocará anualmente o Conselho Municipal de Saúde para avaliar a situação do município, com ampla participação da sociedade, e fixar as diretrizes gerais da política de saúde do município.

Art. 166 – A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde que terá as seguintes atribuições:

I– Formular a política municipal de saúde, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;

II– Planejar e fiscalizar as distribuições dos recursos destinados à saúde;

III– Aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do plano municipal de saúde;

Art. 167 – As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 168 – O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da União e da seguridade social, além de outras fontes.

§ 1º– Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde no Município constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei;

§ 2º– O montante das despesas com o setor de saúde não será inferior a 15% (quinze por cento) das despesas globais do orçamento anual do Município.

§ 3º– É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 4º– O Município deverá celebrar convênio com a Secretaria de Saúde do Estado, no sentido de ampliar a assistência médica hospitalar à população deste município, através do Hospital Regional desta cidade.

Art. 169 – O Poder Executivo Municipal efetuará a cada 06 (seis) meses campanha de avaliação do estado de saúde do município, para controle, prevenção e tratamento das doenças detectadas na população.

Art. 170 – A Prefeitura Municipal através dos seus mecanismos da área da saúde, quando da realização das campanhas de que trata o artigo anterior, fará um cadastramento anual das famílias e de seus membros, para o efetivo controle da situação de saúde e detectando suas condições sociais.

Parágrafo Único: – Deverá ser realizada pelo menos uma vez por ano, um tratamento adequado nas águas dos açudes, lagos, lagoas, cacimbas e demais depósitos de águas da zona rural a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

SEÇÃO II
DA POLÍTICA EDUCACIONAL, CULTURA E DESPORTIVA

Art. 171 – O ensino ministrado nas escolas municipais será gratuito.

Art. 172 – O Município manterá:

I– Ensino fundamental, obrigatório, inclusive para os que não tiverem acesso na idade própria;

II– Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências físicas e mentais;

III– Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos de vida;

IV– Atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programa suplementares de fornecimento de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde;

V– Ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

Art. 173 – O Município promoverá, anualmente, recenseamento da população escolar e fará a chamada dos educandos.

Art. 174 – O Município zelará por todos os meios ao seu alcance, pela permanência do educando na escola.

§ 1º– Deverá ser criado e organizado, obrigatoriamente o Conselho Municipal de Educação, bem como o Estatuto do Magistério Público Municipal, cuja regulamentação se fará por lei ordinária, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contando a partir da promulgação desta lei.

§ 2º– Fica instituída a eleição direta para Diretor e Vice-Diretor de escolas da rede municipal de ensino, cujos critérios serão estabelecidos por lei ordinária.

Art. 175 – Fica o Município obrigado a assistir através de transporte coletivo os estudantes desta cidade que estudam diariamente na Capital do Estado e em outros campos avançados, pelo menos uma vez por semana.

Art. 176 – O calendário escolar municipal será flexível e adequado as peculiaridades climáticas e as condições sócias e econômicas dos alunos.

Art. 177 – Os Currículos escolares serão adequados as peculiaridades do Município e valorização de sua cultura e se patrimônio histórico, artísticos, cultural e ambiental.

Art. 178 – O Município não manterá escola de segundo grau até que estejam atendidas prioritariamente o ensino pré-escolar e fundamental.

Parágrafo Único: – O Município não poderá subvencionar Escolas de Ensino Superior, podendo entretanto, conceder bolsas de estudos a alunos carentes.

Art. 179 – O Município poderá subvencionar escolas comunitárias “sem fins lucrativos” que funcionem no território do Município, cujas verbas serão consignadas na lei orçamentária, com obrigatoriedade de prestarem contas das quantias recebidas no prazo da lei.

Art. 180 – O Município aplicará anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Art. 181 – O Município no exercício de sua competência:

I– Apoiará as manifestações da cultura local;

II– Protegerá por todos os meios ao seu alcance, obras objetos, documentos e imóveis de valor histórico, artístico cultural e paisagístico.

Art. 182 – Ficam isentos do pagamento do imposto predial e territorial urbano os imóveis tombados pelo município em razão de suas características históricas, artísticas, culturais e paisagísticas.

Art. 183 – O Município fomentará as práticas desportivas especialmente nas escolas a ele pertencentes.

Art. 184 – O Município aplicará anualmente, nunca menos de 1% (um por cento) da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União nas atividades desportivas.

Art. 185 – O Município incentivará o lazer, com forma de promoção social.

§ 1º - O Município proporcionará meios de recreação sadia e construtiva à comunidade mediante:

I – Reserva de espaços verdes e livres, em forma de parques, praças, jardins e assemelhados como base física da recreação urbana.

II – Criação de clubes recreativos para lazer de todos.

§ 2º - O serviços municipais esportes e recreação serão articulados entre si com as atividades culturais, visando a implantação e ao desenvolvimento do lazer e do turismo no município.

Art.186 – O Município deverá estabelecer e implantar políticas de educação para a segurança do transito em articulação com o Estado.

SEÇÃO III DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.187 – A ação do Município em campo da assistência objetivará promover:

I – A integração do individuo ao mercado de trabalho e ao meio social;

II – O amparo à velhice a criança abandonada;

III – A integração das comunidades carentes; IV

– Proteção aos deficientes físicos e mentais.

Art.188 – Na formação e desenvolvimento dos programas de assistência social, o município buscará a participação das associações representativas da comunidade.

Paragrafo Único: As associações beneficentes e da assistência social e cultural, deverão ser subvencionadas com recursos oriundos do orçamento anual do município com obrigatoriedade de prestarem contas das quantias recebidas no prazo da lei.

Art.189 – As ações do Poder Público estarão prioritariamente votadas para as necessidades sociais básicas.

§ 1º - O Governo Municipal tutelar de forma integral, ou parcial, os idosos desprovidos de famílias, e carentes que habitem no município, através de Centros de Convivência de Idosos.

§ 2º - Fica assegurada uma pensão especial para o dependente, do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Vereador, que venha a falecer ou sofrer invalidez permanente durante o exercício do mandato, cujo valor atribuído será sempre igual ao subsídio do respectivo titular.

§ 3º - Serão gratuitos o registro e a expedição de Certidões de nascimento, óbitos e as respectivas segundas vias à pessoas pobres, reconhecidamente na forma da lei.

SEÇÃO IV

DA POLÍTICA ECONÔMICA

Art. 190 – O Município promoverá de seu desenvolvimento econômico, agindo de modo que as atividades econômicas realizadas em seu território contribuam para elevar o nível de vida e o bem estar da população local, bem como para valorizar o trabalho humano.

Paragrafo Único: - Para consecução do objetivo mencionado neste artigo, o município atuara de forma exclusiva ou em articulação com a União ou com o Estado.

Art. 191 – O Município manterá, obrigatoriamente, os serviços de assistência jurídica gratuita, através da defensoria jurídica no atendimento à pessoas carentes, residentes e eleitoras do Município.

Art. 192 – Que os impostos arrecadados com a venda de combustíveis sejam gastos totalmente com a conservação de estradas do município, com a

formação de uma turma de conservação e prestação de contas em rubrica específica.

Art. 193 – Na promoção do desenvolvimento econômico o município agirá, sem prejuízo de outras iniciativas, no sentido de:

I – Fomentar a livre iniciativa;

II – Privilegiar a geração de emprego;

III – Utilizar tecnologia de uso intensivo de mão de obra;

IV- Racionalizar a utilização de recursos naturais;

V – Proteger o meio ambiente;

VI – Proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores;

VII – Dar tratamento diferenciado à pequena produção artesanal ou mercantil, à microempresas e às pequenas empresas locais, considerando sua contribuição para a democratização de oportunidades econômicas, inclusive para os grupos sociais mais carentes;

VIII – Estimular o associativismo, o cooperativismo e as microempresas;

IX – Desenvolver ação direta ou reivindicativa junto a outras esferas do Governo, de modo que sejam, entre outras, efetivados:

- a) assistência técnica;
- b) crédito especializado ou subsidiado;
- c) estímulos fiscais e financeiros;
- d) serviços de suporte informativo ou de mercado.

Art. 194 – É de responsabilidade do Município, no campo de sua competência, a realização de investimentos para formar e manter a infraestrutura básica capaz de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação ao setor privado para esse fim.

Parágrafo Único – A atuação do Município dar-se-á inclusive, no meio rural, para a fixação de contingentes populacionais, possibilitando-lhes acesso aos meios de produção, geração de renda e estabelecendo a necessária infra-estrutura destinada a viabilizar este propósito.

Art. 195 – A atuação do Município na zona rural terá como principais objetivos:

I – Oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural condições de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e melhoria do padrão de vida da família rural;

II – Garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar;

III – Garantir a utilização racional dos recursos naturais.

Art. 196 – O Município ficará obrigado a aplicar anualmente 10% (dez por cento) da receita global realizada no exercício em favor do setor agrícola.

§ 1º - Os agricultores rurais considerados carentes na forma da lei, serão atendidos pela Prefeitura com os seguintes benefícios:

I – Preparação do solo (corte de terra) até 02 há (dois hectares), desde que seja proprietário de até 10 ha (dez hectares), ou trabalhe com terras de terceiros;

II – Distribuição gratuita de sementes na época do plantio, através do órgão competente da municipalidade;

III – Assistência técnica e agrícola, durante o período do plantio à colheita, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de créditos e de incentivos fiscais;

IV – As terras públicas não utilizadas ou subutilizadas serão prioritariamente destinadas ao assentamento de famílias carentes e sem terras.

Art. 197 – O Município instituirá, através de lei ordinária, a criação de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que assegurará a participação de entidades de classes no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação da política agrária e do abastecimento.

Art. 198 – O Município poderá consorciar-se com outras municipalidades com vistas ao desenvolvimento de atividades econômicas de interesse comum, bem como integrar-se em programas de desenvolvimento regional, a cargo de outras ofertas do Governo.

Art. 199 – O Município desenvolverá esforços para proteger o consumidor através de:

I – Orientação e gratuidade de assistência jurídica, independentemente da situação social e econômica do reclamante;

II – Criação de órgãos no âmbito da Prefeitura ou da Câmara Municipal para defesa do consumidor;

III – Atuação coordenada com a União e o Estado;

Art. 200 – O Município dispensará tratamento jurídico referenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em legislação municipal.

Parágrafo Único: – O tratamento referenciado previsto neste artigo será dado aos contribuintes citados, desde que atendam as condições estabelecidas na legislação específica.

Art. 201 – O Município, em caráter precário e por prazo limitado definido em ato de Prefeito, permitirá às microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais de segurança, de silêncio, de trânsito e de saúde pública.

Parágrafo Único: – As microempresas, desde que trabalhadas exclusivamente pela família, não terão seus bens ou os de seus proprietários sujeitos à penhora pelo município para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

Art. 202 – Fica assegurada as microempresas ou às empresas de pequeno porte a simplificação ou a eliminação, através de ato do Prefeito, de procedimentos administrativos em seu relacionamento com a Administração municipal, direta ou indireta, especialmente em exigências relativas às licitações.

Art. 203 – Os portadores de deficiência física e de limitação sensorial, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no município.

SEÇÃO V

DA POLÍTICA URBANA

Art. 204 – A política urbana, a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sócias da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do município.

Parágrafo Único: – As funções sociais da cidade dependem do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos, assegurando-lhes condições de vida e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do município.

Art. 205 – O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executado pelo município,

§ 1º– O Plano Diretor, fixará os critérios que assegurem a função da propriedade, cujo uso e ocupação deverão respeitar a legislação urbanística, proteção do patrimônio ambiental natural e construído e o interesse da coletividade.

§ 2º– O Plano Diretor Deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessadas.

§ 3º– O Plano Diretor definirá as áreas especiais de interesse social, urbanístico ou ambiental, para as quais será exigido aproveitamento adequado nos termos previstos na Constituição Federal.

Art. 206 – Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle urbanístico existente e à disposição do município.

Art. 207 – O Município promoverá, em consonância com sua política urbana e respeitadas as disposições do Plano Diretor, programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do município.

§ 1º– A ação do município deverá orientar-se para:

I – Ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infraestrutura básica e serviços por transporte coletivo;

II – Estimular e assistir, tecnicamente, projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;

III – Urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por população de baixa renda, possíveis de urbanização;

§ 2º– Na promoção de seus programas de habitação popular, o município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e, quando couber, estimular a iniciativa privada a contribuir para aumentara oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população.

§ 3º– As doações de lotes urbanizados, terrenos ou casas populares construídas pela Prefeitura, se constituem de Lei Ordinária aprovada pela Câmara Municipal, por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, cujos benefícios serão selecionados, indicados e relacionados 50% (cinquenta por cento) pelo Poder Executivo e 50% (cinquenta por cento) pelo Poder Legislativo, obedecidos os critérios rígidos e sérios que a lei determinar.

Art. 208 – O Município em consonância com sua política urbana e segundo o disposto em seu Plano Diretor deverá promover programas de saneamento básico destinado a melhorar as condições sanitárias e ambientais das áreas urbanas e os níveis de saúde da população.

Parágrafo Único: – A ação do município deverá orientar-se para:

I – Ampliar progressivamente a responsabilidade local pela prestação de serviços de saneamento básico;

II – Executar programas de saneamento em áreas pobres, atendendo à população de baixa renda, com soluções adequadas e de baixo custo para o abastecimento de água e esgotos sanitários;

III – Executar programas de educação sanitária e melhorar o nível de participação das comunidades na solução de seus problemas de saneamento;

IV – Levar à prática, pelas autoridades competentes, tarifas sociais para os serviços de água.

Art. 209 – O Município deverá manter articulação permanente com os demais municípios de sua região e com o Estado visando à racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art. 210 – O Município, na prestação de serviços de transporte público, fará obedecer aos seguintes princípios básicos:

I – Segurança e conforto dos passageiros, garantindo em especial, acesso às pessoas portadoras de deficiências físicas;

II – Prioridade a pedestres e usuários dos serviços;

III – Tarifa social, assegurada a gratuidade aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos e aos ex-combatentes;

IV – Proteção ambiental contra a poluição atmosférica e sonora;

V – Integração entre sistemas e meios de transportes racionalização de itinerários;

VI – Participação das entidades representativas da comunidade e dos usuários no planejamento e na fiscalização dos serviços;

VII – A política urbana ficará condicionada às funções sociais da cidade compreendendo direito de acesso de todos à moradia, aos transportes públicos, ao saneamento, à energia elétrica, à segurança, à comunicação, à educação e à saúde.

Art. 211 – O Município, em consonância com a sua política urbana e segundo o disposto em seu Plano Diretor, deverá promover planos e programas setoriais destinados a melhorar às condições de transporte público, da circulação de veículos e da segurança do trânsito.

Parágrafo Único: – O Município tem a obrigatoriedade de construir um terminal rodoviário e abrigos de passageiros no perímetro urbano, ficando terminantemente proibido o estacionamento em vias públicas de ônibus intermunicipais e de Empresas concessionárias do serviço de transportes coletivos, dispondo o Poder Público de 120 (cento e vinte) dias para regulamentar a matéria através de lei ordinária.

SEÇÃO VI

DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Art. 212 – O Município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a qualidade de vida.

Parágrafo Único: – Para assegurar efetivamente a esse direito, o município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e ainda, quando for o caso, com outros municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental.

Art. 213 – O Município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente.

Art. 214 – O Município, ao promover a ordenação de seu território, definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação de assegurem a proteção dos recursos naturais, em consonância com o disposto na legislação estadual pertinente.

Art. 215 – A política urbana do município e o Plano Diretor deverão contribuir para a proteção de meio ambiente, através de adoção de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano.

Art. 216 – Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização o município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanada da União e do Estado.

Art. 217 – As empresas concessionárias ou permissionárias de proteção ambiental em vigor, sob a pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo município.

Parágrafo Único: – O Poder Público Municipal criará, obrigatoriamente, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, que será composto por representantes do Poder Público, entidades ecológicas e representantes da sociedade civil, cuja regulamentação se fará por lei ordinária.

Art. 218 – O Município assegurará a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização de informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental.

Parágrafo Único: – Fica assegurada a preservação do Rio Potengi, no território do município, bem como a despoluição de suas áreas já comprometidas.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 01 – A remuneração do Prefeito Municipal não poderá ser inferior à remuneração paga ao servidor no município, na data de sua fixação.

Art. 02 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias especiais, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês na forma que dispuser a lei complementar a que se refere o artigo 165, § 9º da Constituição Federal.

§ 1º– Até que seja editada a lei complementar referida neste artigo, os recursos da Câmara Municipal ser-lhes-ão entregues:

I – Até o dia 20 (vinte) de cada mês, os destinados ao custeio da Câmara;

II – Dependendo do comportamento da receita, os destinados às despesas de capital.

§ 2º– Na hipótese dos recursos transferidos em favor da Câmara serem insuficientes, o Plenário poderá por maioria absoluta de votos, suplementar esses recursos nos limites necessários, requisitando-os ao Prefeito, que terá o prazo de 10 (dez) dias para repassa-los ou credita-los em favor da Câmara.

Art. 03 – Nos distritos já existentes, a posse do Administrador Distrital dar-se-á 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei Orgânica, ficando o Prefeito autorizado a criar o respectivo cargo em comissão, que terá a mesma posição hierárquica do Secretário Municipal.

Art. 04 – A eleição dos Conselheiros Distritais ocorrerá 30 (trinta) dias após a promulgação desta Lei Orgânica, observando-se no que couber, o nela dispostos sobre o assunto.

Art. 05 – Nos 10 (dez) primeiros anos da promulgação da Constituição Federal, o Município desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com aplicação de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos a que se refere o artigo 212 da Constituição Federal, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, como determina o artigo 60 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 06 – O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica para distribuição nas escolas e entidades representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que se faça a mais ampla divulgação de seu conteúdo, sendo inicialmente 100 (cem) exemplares.

Art. 07 – Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal, será por esta promulgada e entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das sessões da Constituinte Municipal, em São Paulo do Potengi/RN, 01 de maio de 1990.

Emanoel Ubaldo Lopes de Mendonça
Presidente da Constituinte

Luiz Antônio Dias Campos
Vereador Relator

Francisco José de Lima
Vice-Presidente da Constituinte

João José Diniz
1º Secretário

Domingos Cardoso de Melo
2º Secretário

Maria do Céu Ferreira
Vereadora

Tereza Lopes dos Santos
Vereadora

José Antônio da Cruz
Vereador

Juarez Mota da Silva
Vereador

Valdeci Macêdo de Lima
Vereador

Esta Lei foi elaborada com o assessoramento técnico e jurídico do Advogado João Batista da Fonseca na época o Prefeito do Município era o Sr. José Azevedo Lopes, tendo como Vice-Prefeito o Sr. Francisco Canindé de Azevedo.

Lei Orgânica Municipal digitalizada por Joelson Ribeiro de França, responsável pela empresa JF Assessoria e Consultoria, em fevereiro de 2021, durante a Gestão do Presidente da Câmara Municipal, Getúlio Barbosa Antunes.

São Paulo do Potengi/RN, 25 de fevereiro de 2021.